

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.475 - PE (2019/0351749-0)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : LUIZ FELIPE LIMA DE MENEZES**  
**ADVOGADO : LUIZ FELIPE LIMA DE MENEZES - DF058439**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : MANOEL BERTINO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MANOEL BERTINO DA SILVA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que indeferiu a liminar no HC n. 0001447-14.2019.8.17.0000 (e-STJ fls. 20/22).

Extrai-se da inicial que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, na data de 15/4/2018, à pena de 23 anos de reclusão pelo delito de latrocínio, encontrando-se preso preventivamente desde 28/5/2013.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, excesso de prazo da prisão preventiva, situação que estaria agravada pela falta de expedição de guia de execução provisória (para que possa usufruir dos benefícios da execução penal) e pelo suposto desaparecimento dos autos na origem.

Afirma que a apelação interposta contra a sentença não tem previsão de julgamento, porquanto os autos não aportaram no Tribunal, e que o *habeas corpus* originário teve a liminar indeferida há mais de quatro meses, sem que igualmente exista previsão para o julgamento de mérito da impetração, encontrando-se o feito no aguardo das informações a serem prestadas pelo Juízo processante.

Ressalta que o **Superior Tribunal de Justiça recomendou celeridade na solução dos problemas indicados, por ocasião do julgamento do HC n. 520.914/PE, porém nada foi feito desde então.**

Destaca, por fim, a presença de condições pessoais favoráveis.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pelo relaxamento da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura, com superação da Súmula n. 691/STF. Alternativamente, requer a expedição de guia de execução provisória, para que usufrua dos benefícios da execução penal.

É o relatório. **Decido.**

Como salientado pela própria impetração, nesta Corte, também, houve a impetração do HC n. 520.914/PE, em favor do ora paciente, sob os mesmos fundamentos ora apresentados, sendo que a Quinta Turma deste Tribunal, em 10/9/2019, ao julgar aquele *mandamus*, recomendou ao Tribunal que fosse dada celeridade nas providências cabíveis para o recebimento e julgamento da Apelação n. 424-43.1997.8.17.1410 e determinação de expedição de guia de execução provisória da pena.

Afirma a defesa, no entanto, que nada foi feito desde então.

Como é de conhecimento, existe instrumento jurídico próprio para garantir a autoridade das decisões proferidas por esta Corte, conforme disciplina dos arts. 187 a 192 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, determino a reautuação deste feito como Reclamação.

Publique-se.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator